

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
DO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

PERÍODO: ABRIL - 1990

353.4
B823R
ABR/90
DEP. LEGAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
FERNANDO COLLOR

MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA
BERNARDO CABRAL

SECRETÁRIO EXECUTIVO
TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
KLEBER GOMES FERREIRA LIMA

SUMÁRIO

	Páginas
01 - INTRODUÇÃO	2
02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
. Coordenação de Planejamento Setorial	9
. Coordenação de Orçamento e Finanças	11
. Coordenação de Modernização e Informática	13, 38
. Coordenação de Recursos Humanos	39
. Coordenadoria de Documentação e Biblioteca	17, 45
03 - SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	18, 47
04 - SECRETARIA FEDERAL DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS	20, 49
05 - SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CIDADANIA E JUSTIÇA	4
06 - SECRETARIA NACIONAL DE DIREITO ECONÔMICO	21
07 - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO	23
08 - INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	24, 50
09 - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL	29, 57
10 - CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA	37

887620 353.4
B823~
ABR/90
250 15.01.

INTRODUÇÃO

No último dia 03 de maio ocorreu no Ministério da Justiça, com a participação do Sr. Secretário Executivo e dos Titulares das diversas Secretarias, reunião do Fórum Nacional dos Secretários de Justiça, onde houve profunda discussão sobre as áreas de atuação deste Ministério, destacando-se a problemática do Sistema Penitenciário Brasileiro. Em tal conclave os Secretários Estaduais de Justiça pleitearam a liberação de mais recursos financeiros para o Sistema.

A Coordenação de Planejamento Setorial - COPLAN efetuou contactos com empresas de consultorias, visando a elaboração do Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e encaminhou à Secretaria de Administração Geral posição de quarenta e oito processos pendentes que solicitam recursos orçamentários, equipamentos e veículos para o setor de Segurança Pública, dentro do Programa "Vamos Viver Sem Violência".

Por intermédio da Coordenação de Orçamento e Finanças - COF foi encaminhado a todas unidades do Ministério da Justiça, solicitação de quadros demonstrativos, que tem por escopo rever o orçamento de "Outras Despesas Correntes e de Capital" para 1990, informações estas que deverão ser analisadas, consolidadas e aprovadas com o objetivo de serem inseridas no Projeto da Lei do Excesso de Arrecadação, que por sua vez será remetida ao Congresso Nacional no início de junho. Ainda através da COF, e tendo em vista a Programação Financeira Aprovada, estabeleceram-se os limites às Unidades Gestoras, autorizando-as a programar gastos, através de trinta e nove sub-repasses, no valor global de Cr\$ 2.452.856.152,66 (dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, cento e cinquenta e dois cruzeiros e sessenta e seis centavos), sendo Cr\$ 2.372.126.607,00 (dois bilhões, trezentos e setenta e dois milhões, cento e vinte e seis mil e seiscentos e sete cruzeiros)

para "Pessoal e Encargos Sociais" e Cr\$ 80.749.545,66 (oitenta milhões, setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta e cinco cruzeiros e sessenta e seis centavos) para "Outras Despesas Correntes".

A Coordenação de Modernização e Informática analisou as propostas de Regimentos Internos dos órgãos componentes da estrutura básica do Ministério da Justiça. Esta Coordenação realizou, também, levantamento dos equipamentos distribuídos no edifício sede e anexos deste Ministério, quantificando e qualificando o potencial instalado de processamento de dados, com o intuito de efetuar um planejamento do atendimento e um plano de ação.

Dando cumprimento ao Decreto nº 99.244, de 10.05.90, que dispõe sobre a "Reorganização e o Funcionamento dos Órgãos da Presidência da República e dos Ministérios", a Coordenadoria de Recursos Humanos-CRH elaborou levantamento da lotação real e da força de trabalho real, das Unidades Administrativas e Órgãos que compõe a estrutura do Ministério da Justiça. O Serviço de Assistência Médica da CRH efetuou três mil, novecentos e vinte e seis atendimentos aos funcionários deste Ministério, incluindo-se consultas médicas, odontológicas e serviço de biometria.

Através da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca houve a seleção de cerca de cento e cinquenta publicações que foram doadas à Biblioteca da Universidade do Estado de Tocantins, bem como supervisão e apoio às atividades desenvolvidas por outras unidades da Coordenadoria que realizaram o inventário de trinta e sete obras do Século XVII, para ser enviado à Biblioteca Nacional; aquisição de setenta e oito livros e periódicos; atendimento à usuários; catalogação, classificação e indexação de documentos; consulta e encadernação de periódicos oficiais; participação no Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos; organização da exposição sobre o "Dia do Trabalho" e "Abolição dos Escravos no Brasil" e participação em reunião na Biblioteca do Senado Federal, relativa à cooperação do Ministério

da Justiça na alimentação dos bancos de dados BIBR (livros, folhetos, etc) e PERI (periódicos) do PRODASEN.

A Secretaria de Controle Interno - Ciset, entre outras atividades desenvolvidas, elaborou Relatório Mensal, com o intuito de atualizar a posição dos Convênios celebrados entre o Ministério da Justiça e as diversas entidades públicas e privadas, incluindo-se as Subvenções Sociais concedidas, que perfaz um total de cento e quatorze Convênios; providenciou o deslocamento de dez auditores para proferirem exames de Tomada de Contas referentes ao exercício de 1989, de Unidades Gestoras do Ministério localizadas nos seguintes Estados: Goiás, Mato Grosso, Rondônia, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Maranhão, Pará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Tomada de Contas Especial do Convênio DEPEN Nº 59/86, firmado com o Governo do Estado de Alagoas.

O assessoramento ao Senhor Ministro de Estado da Justiça nos contatos e articulações com as lideranças do Governo no Congresso Nacional, foi realizado pela Secretaria Federal de Assuntos Legislativos - SEFAL. Através do Departamento de Estudos e Acompanhamento Legislativo, o Projeto do Código de Defesa do Consumidor e o Projeto de Lei Complementar que institui a Lei Orgânica da Advocacia Geral da União mereceram especial atenção no desenvolvimento dos trabalhos. Já o Departamento de Análise e de Elaboração Legislativa elaborou Exposição de Motivos e analisou o anteprojeto de Lei que cria o Fundo Penitenciário Nacional-FUNPEN.

A Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça movimentou um total de trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e três processos, referentes a assuntos pertinentes ao Departamento de Estrangeiros, ao Departamento de Classificação Indicativa e ao Departamento de Assuntos Penitenciários, que analisou e elaborou parecer em processos relacionados a Convênios em âmbito nacional e internacional sobre ensino e pesquisas penitenciários; confeccionou e expediu cadernos sobre Quadros Estatísticos de Déficit de vagas do Sistema Penitenciário Brasileiro, mediante o qual constata-se uma carência de vagas de cinquenta e oito mil, trezentos e setenta e oito e Mandados de Prisão não

cumpridos, da ordem de duzentos e noventa mil, conforme quadro abaixo.

	POPULAÇÃO PRISIONAL	CAPACIDADE DE LOTAÇÃO	DÉFICIT	MANDADOS DE PRISÃO NÃO CUM- PRIDOS EXPEDI- DOS PELAS AUTO- RIDADES JUDICI- AIS DOS ESTA- DOS
BRASIL	98.748	46.452	58.378	288.286
Região Norte	3.353	1.527	2.058	1.898
Região Nordeste	14.528	7.159	8.718	25.873
Região Sudeste	56.467	27.037	33.164	176.430
Região Sul	18.431	8.136	10.845	64.164
Região Centro-Oeste	5.969	2.593	3.593	19.921

Ademais, a Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça realizou contatos com as Secretarias Estaduais de Justiça, Prefeituras Municipais, Empresas Construtoras e Departamentos Estaduais de Obras, visando posicionar-se sobre o andamento das obras conveniadas.

A Secretaria Nacional de Direito Econômico executou ações relevantes. Na área de Defesa do Consumidor foi efetuado o exame do Código de Defesa do Consumidor, que encontrava-se em fase final de tramitação no Congresso Nacional. No tocante ao Registro do Comércio houve incremento no processo de informatização objetivando propiciar à clientela, serviços ágeis, de qualidade e com segurança, e aumentar a produtividade das Juntas Comerciais através da simplificação, racionalização e desburocratização dos atos de registro e das rotinas de serviço; e na área do Direito Econômico foi iniciado trabalho de consolidação de pareceres, relatórios, votos e decisões referentes aos processos já julgados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE, desde 1963.

Ações emergenciais com vistas ao combate de epidemias na localidade do grupo indígena Yanomani foram praticados pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Atividades produtivas estão sendo implementados, através de projetos que se encontram em fase inicial de execução, nas seis Superintenciais Executivas Regionais, projetos esses ligados às áreas de agricultura, pecuária, reflorestamento, olaria, etc. Houve a liberação de créditos solicitados, por parte da administração central da FUNAI, na ordem de Cr\$ 11.831.250,00 (onze milhões, oitocentos e trinta e um mil, duzentos e cinquenta cruzeiros), bem como a distribuição de 4.086 Kg de medicamentos para as mencionadas Superintendências. Está prevista para a FUNAI uma dotação orçamentária, para o exercício de 1990, no valor de Cr\$ 1.388.133.000,00 (um bilhão, trezentos e oitenta e oito milhões, cento e trinta e três mil cruzeiros).

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial-INPI, destaca-se na Diretoria de Patentes a solicitação de registro de setecentos e sessenta e seis inventos; oitocentos e cinquenta e oito pedidos decididos, com uma expedição de trezentos e setenta e duas patentes e quarenta e dois mil e oitenta e dois pedidos pendentes de processamento. No âmbito de marcas ressalta-se a queda do pedido de concessão em relação ao mesmo período do exercício anterior (Abr/89) que era de

quatro mil, quatrocentos e trinta e três e passou para três mil, duzentos e sessenta e nove (Abr/90). Através da Diretoria de Transfência de Tecnologia houve decisão em duzentos e noventa e quatro processos referentes a consultas e pedidos de contratos de transferência de tecnologia. Já na Diretoria de Registro de Programas de Computador foram submetidos a exame vinte pedidos, sendo dezenove deferidos e um aguarda cumprimento de exigências.

O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO realizou ações que resultarão no atingimento de melhores resultados a curto, médio e longo prazo, com destaque para o início da adequação do INMETRO às diretrizes do novo Governo, visando aumentar a sua eficiência, eficácia e efetividade; estabelecimento de prioridade para medidas de redução drástica de custos e de aumento de receita, com o propósito de torná-lo auto-suficiente no prazo de dezoito meses. Com respeito à Metrologia Legal destacou-se a realização de exames de verificação quantitativa em cento e quarenta e três mil, setecentos e vinte e oito unidades de mercadorias pré-medidas, com ênfase para gêneros alimentícios; realização de cento e quarenta e três mil, duzentos e trinta e três aferições de instrumentos de medir e medidas, e redirecionamento do relacionamento do INMETRO com Institutos de Pesos e Medidas, priorizando questões ligadas ao aumento da produtividade, da eficácia e da efetividade da Rede Nacional de Metrologia Legal. Na área da Metrologia Científica e Industrial ressaltou-se, entre outras, a aferição e calibração de vários padrões nas áreas de acústica e vibração, mecânica, eletricidade e calor. No tocante à normalização e qualidade industrial enfatizou-se a normalização de equipamentos de proteção industrial; início de estudos na área de Prevenção Contra Incêndio; envio ao CONMETRO - Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial de proposta no sentido de conferir compulsoriedade à normas sobre "Atmosferas Explosivas" e realização de testes em motores, combustíveis e lubrificantes, visando melhorar o seu desempenho.

A Revisão dos Textos das monografias para eventual publicação sobre mercado da construção civil, mercado de bebidas e

mercado de carne e seus derivados, está sendo realizada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. No setor de Estatística e Informática foram elaborados programas para computador dos sistemas em implantação, digitação de monografia sobre o mercado de cimento e atualização do cadastro de assinantes da revista CADE.

DADOS GERENCIAIS

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO SETORIAL

Esta Coordenação realizou as seguintes atividades:

1. Elaboração do Regimento Interno desta Coordenação de acordo com o art. 254 do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990;
2. preparação de documento referente às metas e prioridades desta Coordenação para subsidiar a elaboração do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 1991;
3. acompanhamento de convênios firmados dentro do Programa "Vamos Viver Sem Violência", celebrados entre o Ministério da Justiça e Estados ou Municípios, no período de 1985 a 1989, cuja prestação de contas aguardam aprovação da Secretaria de Controle Interno - Ciset;
4. revisão e encaminhamento para a datilografia final do informativo "Estatísticas de Justiça e Segurança Pública" - 1983-87;
5. continuação da apuração dos inquéritos estatísticos a cargo do Ministério da Justiça sobre Segurança Pública, Movimento Policial, Suicídios, Corpos de Bombeiros, e Incêndios, relativo a 1988;
6. encaminhamento à decisão do Sr. Secretário Executivo da formalização com a FIBGE do acordo de cooperação técnica para a realização da Pesquisa "Cadastro de Cartórios do Brasil";
7. preparação de informações estatísticas sobre Suicídios e Movimento Policial para Universidade Federal Fluminense e Fundação

Osvaldo Cruz - (Fiocruz);

8. levantamento das finalidades de cada unidade do Ministério da Justiça, bem como, identificação de informações e dos detentores das mesmas, visando subsidiar a elaboração de um Sistema de Informações Gerenciais.

COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Esta Coordenação realizou as seguintes atividades:

1. Análise e parecer de doze processos referentes a créditos suplementares, alterações de Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD de várias unidades, e ainda de incorporação de saldos de exercícios anteriores dos órgãos da administração indireta e dos fundos, em cumprimento ao artigo 5º do Decreto nº 98.938, de 09 de fevereiro de 1990;
2. elaboração de quadro demonstrativo para acompanhamento permanente do Plano Interno do Ministério, referente ao Orçamento de 1990, com o objetivo de controlar o saldo orçamentário existente;
3. análise e conferência de cinqüenta e dois formulários de Acompanhamento do Desembolso Mensal com Pessoal e Força de Trabalho, e de relatórios contendo as despesas com pessoal inativo, encaminhados ao Departamento de Orçamentos da União e ao Departamento do Tesouro Nacional;
4. cento e sessenta e seis lançamentos no SIAFI, do detalhamento do Plano Interno para as diversas unidades gestoras;
5. emissão de cento e trinta e três descentralizações de créditos para as diversas unidades;
6. elaboração de quadro demonstrativo referente a despesa executada em 1990, nos meses de janeiro a abril, das diversas unidades, a nível de elemento de despesa, através de pesquisa no SIAFI;
7. análise de processos encaminhados pelas unidades que compõem o

Ministério e pronunciamento através de Nota Técnica, no tocante assuntos de natureza orçamentária;

8. coordenação e consolidação da programação financeira de desembolso, a nível setorial, tendo elaborado a Proposta de Programação Financeira ao Departamento do Tesouro Nacional, necessária ao pagamento de "Pessoal e Encargos Sociais" do mês de abril, e também para as demais categorias, como "Outras Despesas", detalhadas por fonte de recursos, necessárias ao prosseguimento das ações do Ministério em suas diversas áreas;
9. elaboração de relatórios da execução orçamentária e financeira de todas as unidades do Ministério;
10. atualização do registro de normas, regulamentos e outros atos que orientam e disciplinam as atividades próprias da Coordenação de Orçamento e Finanças-COF.

COORDENAÇÃO DE MODERNIZAÇÃO E INFORMÁTICA

COORDENADORIA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1. Levantamento de área de ocupação por unidade.

Atendendo solicitação da Coordenação de Serviços Gerais e por determinação da Secretaria de Administração Federal, esta Coordenadoria efetivou levantamentos dos edifícios sede e anexos, do núcleo central deste Ministério, contendo as seguintes informações:

- área total do pavimento;
- área de circulação;
- área útil;
- ocupação por andar.

No total de dezessete pavimentos, dos edifícios, foi considerada a área ocupada por cada unidade, com o respectivo número de servidores em lotação, visando estabelecer a taxa de ocupação.

A fim de quantificar o número de servidores, procedeu-se uma consulta junto à Coordenação de Recursos Humanos e, como existem unidades alocadas em mais de um andar fez-se necessário um levantamento "in loco" no sentido de efetuar uma correta distribuição servidor/andar.

2. Estudos de espaços físicos.

Atualização da proposta de adequação de espaço físico do Ministério da Justiça - Projeto Macro.

3. Estudo de adequação de espaços físicos, concluídos, porém suspensos por decisão superior, em decorrências das indefinições

na estrutura das unidades organizacionais e respectivos quadros de lotação:

- Secretaria Federal de Assuntos Legislativos;
- Coordenadoria de Modernização Administrativa;
- Coordenadoria de Informática;
- Coordenação de Planejamento Setorial;
- Coordenação de Orçamento e Finanças;
- Conselhos.

4. Treinamento.

Discussão de Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas, objetivando padronização a nível do Ministério da Justiça.

5. Desenvolvimento de Metodologia para Planejamento de Reunião.

Elaboração de Metodologia para Planejamento de Reunião, contendo formulário específico. A proposta tem por objetivo criar, no Ministério, um instrumento uniforme e prático que visa orientar os dirigentes e técnicos sobre metodologia de realização e avaliação de reuniões.

6. Análise e elaboração do esboço de formulário - Planejamento de Reunião.

7. Relatório da situação encontrada pela Nova Administração.

O documento destaca os seguintes aspectos:

- Recursos Humanos;
- Relação de bens patrimoniais;
- Recursos Financeiros;
- Ocupação de espaço físico;

- Projetos desenvolvidos e implantados;
 - Projetos desenvolvidos e não implantados;
 - Projetos em desenvolvimento.
8. Atualização das designações de função de confiança.
 9. Atualização das delegações e subdelegações de competência, no âmbito do Ministério da Justiça.
 10. Definição de quadro base de recursos humanos da Coordenação de Modernização e Informática.
 11. Estudo e adequação de espaço físico das seguintes unidades:
 - Secretaria Nacional de Direito Econômico;
 - Secretaria de Administração Geral - instalações do Gabinete;
 - Coordenação de Modernização e Informática - instalações do Gabinete.
 12. Análise e elaboração do esboço do formulário Agenda Semanal, para o Gabinete do Ministro e Coordenação de Modernização e Informática.

COORDENADORIA DE INFORMÁTICA

1. Elaboração de Levantamento constando de: patrimônio, equipamentos de informática, pessoal, condições das instalações elétricas e serviços prestados no âmbito dos órgãos instalados no edifício sede, anexo I e anexo II;
2. contato com técnicos da área de informática do ex-MIC no que

tange ao Cadastro Nacional do Comércio do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC para conhecimento do Sistema e as necessidades de ("Hardware" e "Software") necessárias para a sua operacionalização;

3. avaliação do Sistema de Acompanhamento de Processo (protocolo) em desenvolvimento do Ministério da Justiça e visita a outras instalações que produz sistema similar para possível cessão;
4. atendimento a Representes Técnicos de diversos fabricantes de equipamentos eletrônicos, software e suprimentos, entre eles: Fujitsu, Elebra, Digired, Modula, SPI;
5. análise e estudo de proposta para contrato de manutenção do Computador LABO 8090/52;
6. análise de processo licitatório com apresentação de proposta alternativa para a licitação dos serviços de manutenção para microcomputadores do Ministério;
7. reunião com gerente da filial LABO Eletrônica, para posicioná-lo sobre a nova administração e cobrança das pendências relativas a manutenção do Computador;
8. reunião com o representante da Newshop com o objetivo de sensibilizá-lo da gravidade dos problemas apresentados pelas impressoras GRAFIX GS 2500 e solicitar providências urgentes no sentido de tornar operacionais os equipamentos;
9. reunião com o Gerente de Suporte da área de informática da Eletronorte, com o objetivo de promover uma integração com o pessoal de Computação e Suporte da Coordenadoria.

COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

Esta Coordenadoria realizou as seguintes atividades:

1. Atendimento especial aos usuários;
2. acompanhamento dos processos administrativos relativos ao convênio como o Prodasen, e renovação das assinaturas de periódicos;
3. reunião das obras raras da Coleção Affonso Penna Jr, visando facilitar a localização das mesmas;
4. continuidade dos trabalhos de organização das coleções por assunto, com vistas a facilitar seu processamento técnico;
5. coletânea das obras editadas pelo Ministério, visando a organização do acervo do depósito legal, conforme Portaria Ministerial nº 407, de 08 de julho de 1986;
6. recebimento e guarda apropriada de cento e seis periódicos oficiais (DO, DJ, DODF e DCN) para consulta e encadernação;
7. levantamento das autoridades do Ministério para distribuição do Sumário de Periódicos.

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Esta Secretaria executou as seguintes atividades:

1. Orientação às unidades gestoras, quanto aos procedimentos a serem adotados nas áreas orçamentária e financeira, ante as determinações contidas na Medida Provisória nº 150, de 15.03.90 (convertida na Lei nº 8.028, de 12.04.90) e no Decreto nº 99.244, de 10.05.90;
2. manutenção, em arquivo próprio, da legislação pertinente à área de administração financeira, contabilidade e auditoria;
3. organização e atualização do cadastro das unidades e das entidades pertencentes ao Ministério;
4. acompanhamento do rol dos programas de trabalho, projetos e atividades pertencentes às unidades e entidades desta Pasta;
5. acompanhamento e controle da execução financeira das despesas realizadas através de convênios, acordos, ajustes e de Subvenções Sociais, mediante a análise das respectivas prestações de contas;
6. acompanhamento dos gastos com o pessoal civil dos órgãos e entidades subordinados a esta Pasta, tendo por base os relatórios de "Acompanhamento Mensal com Pessoal - ADMP";
7. acompanhamento e coordenação relacionados com as operações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI junto as cento e vinte e cinco Unidades Gestoras do Ministério, aí incluídas as transferidas para esta Pasta, através do Decreto nº 99.244, de 10.05.90 (D.N.R.C., INPI, FUNAI e INMETRO);

8. assistência permanente às Unidades Gestoras deste Ministério quanto à aplicação e comprovação das despesas realizadas através dos recursos descentralizados, objetivando o cumprimento das normas que regulamentam a matéria;
9. continuidade do desenvolvimento do Sistema computadorizado de Controle Orçamentário e Financeiro;
10. pesquisa para implantação do Sistema de Controle de Férias de servidores da Secretaria.

SECRETARIA FEDERAL DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Esta Secretaria realizou as seguintes atividades:

1. Articulação com as Lideranças do Governo, na Câmara e no Senado;
2. análise das Medidas Provisórias nºs 148 a 152, 154, 161 e 167;
3. emissão de pareceres diversos, dentre os quais destaca-se o de nº 13/90, que dispõe sobre a alteração dos Arts. 176 e 177 da Lei nº 4.737, de 15/07/65, que institui o Código Eleitoral, com alterações promovidas pelas Leis nºs 6.989 e 7.332, de 05/05/82 e 01/07/85, respectivamente;
4. redação de NOTAS, em cuja maioria, o assunto tem como referencial os casos de inelegibilidade, dispostos no Art. 14, § 9º da Constituição Federal;
5. classificação e acompanhamento de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional;
6. análise do Projeto de Lei nº 143/89, de autoria do Senador Mauro Benevides, que regula as atividades e disciplina a responsabilidade civil e criminal de notários, oficiais de registro e seus prepostos, e define a fiscalização de seus atos, de ofício, pelo Poder Judiciário;
7. acompanhamento diário das votações dos Projetos de Lei, no Congresso Nacional;
8. coordenação da implantação do Boletim de Cadastro/Pessoal, objetivando adequar os recursos humanos existentes na Secretaria às necessidades de cada Unidade;
9. elaboração do Regimento Interno da SEFAL.

SECRETARIA NACIONAL DE DIREITO ECONÔMICO

Na área do Registro do Comércio o projeto de Informatização dos Serviços de Registro do Comércio está dividido em módulos visando implantar a informática nas Juntas Comerciais de forma gradual e estruturada, criando-se com isso uma "cultura de informática", a saber:

Módulo I - Administração do Processo Operacional

- . automação do protocolo
- . controle de arrecadação
- . tramitação de processos
- . relatórios estatísticos e financeiros.

Módulo II - Cadastro de Firmas Individuais

Módulo III - Cadastro de Sociedades

Módulo IV - Registro de Livros Comerciais

Até o final do mês de abril o Módulo I encontrava-se inteiramente testado e implantado nas Juntas Comerciais dos Estados do RS, SC, BA, PE, CE, GO, MT, MS e no DF e em fase final de implantação nas Juntas do RJ, RO, PR, e MG.

No período considerado, o Módulo II teve seu projeto de concepção desenvolvido e testado na Junta Comercial do DF, faltando a etapa de depuração para que possa ser implementado nas demais Juntas.

Quanto ao desenvolvimento de recursos humanos têm-se por objetivo reciclá-los e treiná-los, tanto do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC quanto das Juntas Comerciais, aos níveis gerencial e operacional. Neste exercício somente parte da programação estabelecida pode ser cumprida a contento, já que com a interrupção do fluxo normal de recursos financeiros tornou-se impossível sua execução.

Nesta área, a articulação com entidades congêneres estrangeiras teve efeito com a visita do Diretor da Câmara do Comércio do Governo Italiano ao Brasil e a ida de missão do Departamento àquele País para troca de informações e o estabelecimento de bases futuras de intercâmbio e de cooperação técnico-financeira. Torna-se necessário ampliar esta ação, mantendo-se articulação com as representações da França, Canadá, Alemanha e México.

Na área do Direito Econômico, problemas de ordem institucional e administrativa, têm ocorrido para sobrestar a ação do CADE.

De igual modo, as fichas de registro, onde constam informações sobre os representantes, representados, relatores, etc estão sendo devidamente revistas e atualizadas.

No sentido de fornecer informações à administração do CADE e desta Secretaria foi efetuado levantamento de cento e cinquenta processos julgados, contendo síntese de informações sobre a decisão, a representada e a representante.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

As atividades exercidas pela FUNAI no setor de Educação foram as seguintes:

1. Celebração de Convênio com a Escola Agrícola/AM, no valor de Cr\$ 544.320,00 (quinhentos e quarenta e quatro mil, trezentos e vinte cruzeiros), cujo objeto prevê aquisição de material didático e enxoval de alunos indígenas;
2. celebração de Convênio com o Instituto Agrícola Paraíso das Crianças/GO, no valor de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), cujo objeto prevê assistência educacional em regime de internato;
3. para dar continuidade a execução do Programa de Apoio ao Estudante Índio foi solicitado à FUNAI o valor de Cr\$ 5.730.200,00 (cinco milhões, setecentos e trinta mil e duzentos cruzeiros), oriundo das seis Superintendências Executivas Regionais que fazem parte de sua estrutura. Todavia, em virtude da transferência da FUNAI para este Ministério, o montante dos mencionados recursos não foi repassado na sua totalidade.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

1. COORDENADORIA DE INTERCÂMBIO E ASSUNTOS INTERNACIONAIS - CINAI

As atividades da CINAI no período compreendem vários campos:

- 1.1. Articulação, com os setores pertinentes, sobre posições do INPI em propostas e projetos sobre matéria técnica no campo da propriedade industrial e de transferência de tecnologia no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e outros órgãos internacionais, compreendendo as seguintes matérias:
 - a) Projeto da OMPI de Acordo sobre Harmonização de Leis de Patentes;
 - b) projeto da OMPI de Acordo sobre a Harmonização de Leis de Marcas;
 - c) proposta de Proteção Internacional de Indicações Geográficas em Marcas - OMPI;
 - d) revisão da Classificação Internacional de Patentes - 5º período - OMPI;
 - e) aprimoramento do sistema de informação tecnológica sobre patentes - OMPI;
 - f) questões administrativas e legais referentes ao Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT) - OMPI.
- 1.2. Coordenação com o Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores e áreas técnicas do INPI, sobre posições do Brasil no GATT no que se refere à propriedade intelectual e comércio de serviços efetuando a análise de documentos apresentados nos respectivos Grupos Negociadores, com manifestação sobre os mesmos, além de prestação de informações;

- 1.3. elaboração de proposta de revisão do acordo entre o Brasil e a OMPI sobre Seminário de Propriedade Industrial para Técnicos de Países em Desenvolvimento; e
- 1.4. levantamento sobre parâmetros do Brasil em contratos de transferência de tecnologia para usina de etileno e fabricação de resinas de polietileno e polipropileno - UNIDO-TIES.

2. ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA - PROGRAMAS ESPECIAIS

2.1. PROGRAMA DE TECNOLOGIAS AVANÇADAS: MATERIAS - PROTAM

O Programa de "Tecnologias Avançadas: Materiais" - PROTAM, vem desenvolvendo atividades no sentido de proporcionar às comunidades técnico-científico-empresarial uma visão mais detalhada das atividades fins e programas especiais do INPI nos assuntos que se referem a desenvolvimentos tecnológicos em materiais.

No campo dos polímeros avançados as ações desenvolvidas durante o mês de abril se orientaram no sentido da implementação da primeira fase do Convênio estabelecido com o Instituto de Macromoléculas - da UFRJ para a elaboração de dois diagnósticos sobre a produção industrial de whiskers e catalisadores estereoespecíficos.

Simultaneamente, prosseguiu-se com a atualização de informações patenteadas sobre materias cerâmicos avançados em geral (25 produtos) e particularmente no campo dos materiais com aplicações médicas, de alto interesse para o setor público e privado nacional (30 produtos).

Prosseguiu-se ainda com a classificação de informações sobre projetos de interesse de instituições nacionais com vistas à integração com a iniciativa européia para desenvolvimento de projetos civis de alta tecnologia, conhecido como Programa EUREKA.

2.2. PROGRAMA DE PROMOÇÃO PATENTEAMENTO - PROMOPAT

Visa prestar assessoria técnica à empresas, universidades e centros de pesquisas nacionais, capacitando-os no que concerne aos aspectos técnicos e legais para a efetiva utilização do Sistema Patentário, como forma de obter proteção à tecnologia gerada no país, bem como fornecer subsídios à otimização da pesquisa e desenvolvimento de novos processos e/ou produtos industriais.

No mês de abril deu-se continuidade aos assessoramentos técnicos às dezoito entidades participantes do Programa, particularmente do Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular da FIOCRUZ, onde foram atendidos dez pesquisadores, e identificados como patenteáveis dois novos processos de produção de enzimas. Além disso os especialistas do INPI orientaram na elaboração de pedidos de privilégio a serem apresentados, relativos à proteção da tecnologia gerada na empresa, em quanto aos aspectos legais envolvidos no depósito em outros países.

Foram ainda mantidos contatos com outras seis empresas e uma universidade, nas quais serão feitas palestras preliminares e levantamentos de áreas técnicas a serem atendidas para futura implementação do Programa.

2.3. PROGRAMA DE QUÍMICA-FINA

O programa de Química-Fina iniciou no segundo semestre de 1989, de forma não oficializada, uma primeira fase,

objetivando criar uma infra-estrutura para execução de atividades voltadas ao setor.

No mês de abril procedeu-se o término da primeira fase, através da revisão e redação final do documento de informação tecnológica e industrial, que servirá de modelo para palestras no setor de química-fina, relativo à pesquisa de orto-diclorobenzeno (ODCB) e para-diclorobenzeno (PDCD). Diversas empresas e entidades de classe foram contactadas.

Desta pesquisa resultaram informações importantes sobre rotas tecnológicas para obtenção dos produtos, principais fornecedores, seleção de documentos de patente mais relevantes sobre o assunto.

Paralelamente, através do convênio assinado com a UFRJ/ESCOLA DE QUÍMICA/DPO em dezembro próximo passado procedeu-se a articulação e definição de protocolo de intenções para execução de atividades em conjunto. Iniciou-se assim um estudo de transferência de tecnologia no setor de química-fina, baseado nos contratos de transferência efetuados de 1980 à 1989.

Procedeu-se também, a articulação com a ABIFINA, através do Dr. LUIZ ANTONIO D'ÁVILA de atividades de informação tecnológica às empresas do segmento.

3. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ACS

A Assessoria de Comunicação Social do INPI deu seqüência ao cumprimento de sua principal função: divulgar interna e externamente as atividades do Instituto e o sistema de Propriedade Industrial. Foi, também, realizado trabalho junto a Confederação Nacional das Indústrias para a impressão (gratuita para o INPI) e distribuição aos sindicatos de indústrias do país, dos trabalhos de prospecção tecnológica produzidos pelo PROATEC - Programa de Acompanhamento da Evolução Técnica na Indústria.

Do mesmo modo, deu prosseguimento ao convênio com

a Radiobrás para ampliar a divulgação das principais atividades do INPI na rede nacional de rádios do governo, incluindo a Voz do Brasil.

4. AUDITORIA

O primeiro trimestre teve como meta a análise das peças que compuseram o processo de prestação de contas do exercício findo, gerando relatório e parecer por parte da Auditoria, bem como, a montagem propriamente dita da citada prestação de contas, encerrando esse módulo ao final do mês de março.

Em abril/90, conforme depreende-se do Plano Anual de Atividades de Auditoria - P.A.A.A./90, iniciou-se atividade de auditoria contábil pelo Departamento de Finanças.

5. ASSESSORIA DE INFORMÁTICA

As atividades desempenhadas pela Assessoria de Informática durante o mês de abril se intensificaram nas seguintes linhas:

- . Gerenciamento de contratos diversos em dez diferentes áreas de atuação;
- . fornecimento de cópias, aos usuários, da Seção II (Marcas) da RPI em forma de disquetes de 8";
- . desenvolvimento de um sistema de contabilidade para a Diretoria de Finanças;
- . desenvolvimento de um sistema de cadastro para a Diretoria de Pessoal;
- . acompanhamento do serviço de atualização/alteração dos equipamentos da Prológica.

**INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL**

1. DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

- 1.1. Acompanhamento da Implantação do Sistema de Proteção da ligação elétrica do transdutor dos taxímetros eletrônicos em todo território nacional;
- 1.2. orientação à diversas empresas no tocante a aprovação e verificação de tanques de carga, comercialização e utilização de mangueiras, bem como procedimentos para a sua importação;
- 1.3. ensaios para aprovação de modelos de bomba medidora eletrônica, conjunto de medição de óleo, bomba medidora e mangueiras;
- 1.4. realização de ensaios em juntas giratórias, suporte de mangueira e filtro adicional;
- 1.5. apreciação técnica de termômetros clínicos, com a realização dos ensaios e testes pertinentes à aprovação de modelo;
- 1.6. elaboração de minutas de portaria para aprovação de termômetros de líquido em vidro (TLV) para etanol;
- 1.7. aprovação de modelos diversos de balança eletrônicas e para pesagem de gado;
- 1.8. Reprovação/Aprovação, bem como elaboração de instrumento normativo contendo as exigências necessárias à aprovação de modelos de medidores de energia ativa.

2. CENTRO DE METROLOGIA CIENTÍFICA E INDUSTRIAL

A) LABORATÓRIO NACIONAL DE ACÚSTICA E VIBRAÇÃO

- A.1. Continuidade ao projeto de construção de uma amostra-padrão para a qualificação e medição de coeficientes de absorção em câmaras reverberantes;
- A.2. início de projeto de automação de medições no Serviço de Acústica de edificações;
- A.3. avaliação do campo sonoro em câmara semi-anecótica na IBM/Sumaré;
- A.4. elaboração de um manuscrito a ser apresentado no INTERNOISE 90/Suécia;
- A.5. aferição periódica de transdutores de vibrações pertinentes ao LANA V;
- A.6. desenvolvimento de métodos alternativos para a aferição de acelerômetros;
- A.7. desenvolvimento e implantação do método de calibração por reciprocidade, utilizando-se um calibrador de acelerômetros, visando a substituição do equipamento tradicionalmente utilizado, o qual está em manutenção junto ao representante;
- A.8. utilização do analisador estrutural para levantamentos de funções de transferência;
- A.9. Início dos trabalhos de avaliação dos protetores individuais

(EPIS) de vinte fabricantes relacionados ao programa de avaliação firmado entre SSMT/ANIMASEG/INMETRO;

- A.10. aferição de medidores de nível sonoro da LIGHT e IBAMA;
- A.11. avaliação de ruídos de emcubadoras no Hospital dos Servidores do Estado (projeto INES/PUC São Paulo);
- A.12. ensaios em vinte altofalantes da firma TOKO do Brasil;
- A.13. avaliação de próteses auditivas visando estudo das normas técnicas existentes no setor (projeto INES/INMETRO);
- A.14. automatização de ensaios de protetores individuais (EPIS).

B) LABORATÓRIO NACIONAL DE ELETRICIDADE

- B.1. Desenvolvimento de métodos de aferição orientados pelo perito Endre Toth;
- B.2. participação nas Reuniões de Credenciamento promovidas pela Rede Nacional de Calibração (INPE, TRIEL e YOKOGAWA);
- B.3. participação na Reunião do COBEI (Comitê Brasileiro de Eletricidade);
- B.4. realização de Auditoria no IEE (Instituto de Eletrônica - USP-SP);
- B.5. montagem do Sistema para aprovação de protótipos de medidores de Wh;
- B.6. estudo padrão de Interface IEEE-488 visando a automação de

equipamentos.

C) LABORATÓRIO NACIONAL DE CALOR

- C.1. Projeto e montagem de um forno vertical para aferição de termopares na faixa de 100 A 1.000°C, utilizando um controle eletrônico desenvolvido no laboratório;
- C.2. estudo de estabilidade térmica e levantamento do perfil de temperatura do banho de leito fluidizado de óxido de alumínio na faixa de 300 A 600°C (trabalho em realização);
- C.3. estudo sobre a determinação das incertezas de calibração de um termômetro de resistência de Platina e da temperatura medida com um TRP calibrado;
- C.4. ações direcionadas à implantação do Laboratório de Umidade;

D) REDE NACIONAL DE CALIBRAÇÃO

- D.1. Contatos com os laboratórios do CEMCI para viabilização de credenciamentos: INPE, TRIEL, YOKOGAMA, PUS(RS);
- D.2. contatos com diferentes laboratórios informando sobre o credenciamento através da RNC: ENGEPROTEC, FUCAPI, NORBERTO ODEBRECHT, CIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO;
- D.3. viabilização de Contratos de Credenciamento: FURNAS (Termo Aditivo) e INSTITUTOS DE ELETROTÉCNICA DA USP;

- D.4. viabilização de visitas técnicas: UNICAMP, INPE, TRIEL e I.E.E/USP;
- D.5. avaliação do Laboratório: TRIEL (Pressão);
- D.6. coordenação de reuniões técnicas para análises de processos com vias ao seu credenciamento junto ao INMETRO: REMO, INPE e TRIEL;
- D.7. coordenação de reunião técnica com CTA com o objetivo de reavaliar aferição de jogo de bloco padrão pertencente a STARRETT;
- D.8. participação em comissões de estudo referentes à Terminologia Metrológica;
- D.9. revisão do Manual da Rede Nacional de Calibração;
- D.10. preparação de informações da Rede Nacional de Calibração para serem enviadas à Junta de Cartagena - Peru.

3. DIRETORIA DE NORMALIZAÇÃO

- 3.1. Elaboração de convênios de colaboração técnica institucional, visando trabalhos conjuntos nos aspectos de normalização, certificação, credenciamento, extensão tecnológica e outros no setor de segurança do trabalho e em especial EPI (Equipamentos de Proteção Individual);
- 3.2. programa Capacitação em Normalização - análise dos dados referentes à pesquisas encaminhadas às Universidades:

- . pesquisa em currículos universitários para identificação de assuntos correlatos a NQI;
 - . início da análise do material didático encaminhado pelo CEFET/MG;
 - . Projeto Extensão Tecnológica;
 - . início de análise/revisão do material didático utilizado no projeto.
- 3.3. cartilha de Prevenção Contra Incêndio: estudos iniciais com referência a clientela, metodologia e entidades participantes;
- 3.4. proposta do Comitê de Coordenação de Eletro-Eletrônica-CNEL e ao CONMETRO no sentido de transformar em normas compulsórias (NBR-1), as NBR's 5.363, 8.370, 8.447, 8.601, 9.518 e 9.883 sobre "Atmosfera explosivas";
- 3.5. promoção do Curso Normalização e Sistema da Garantia da Qualidade na França - Perspectiva Europa 1992, ministrado pelo especialista da Associação Francesa de Normalização - AFANOR, Dr. Jean Paul Imbert;
- 3.6. promoção de palestras ao Grupo Técnico para Atendimento ao Consumidor, solicitado pelo Procurador Geral do Estado;
- 3.7. atendimento à consulta feita a Universidade de São Paulo - USP sobre a regulamentação de "Recipiente de Vidro - Garrafas", tendo sido detectados três normas compulsórias (NBR-1);
- 3.8. atendimento à consulta feita pela SUR-01 relativa ao tijolo furado com oito furos (cerâmico);
- 3.9. atendimento à consulta feita pela assessoria da DIMEL, relativa à Norma 7:00.07.011/89 - Controle dos riscos de gases e

vapores em embarcações/procedimento;

- 3.10. elaboração de um histórico sobre as atividades realizadas no âmbito do projeto BRASIL/CANADÁ, na parte de Instalações Elétricas, visando a elaboração e a implementação de um Código Elétrico Brasileiro - Informativo ao técnico do BSI em visita ao INMETRO.

4. DIRETORIA DE QUALIDADE INDUSTRIAL

4.1. Processo de Certificação em Análise:

- a) Adaptação de Eixo Veicular Auxiliar - nº Empresa - 01;
- b) fusível Rolhas e Cartucho - nº de Empresas - 08;
- c) calçados - Bota - nº de Empresa - 01;
- d) consumíveis de Soldagem - nº de Empresa - 01;
- e) certificação de Sistema de Qualidade - nº de Empresas - 02;
- f) preservativo Masculino - nº de Empresa - 01;
- g) tubos de P.V.C. - nº de empresa 01;
- h) equipamentos Elétricos para Atmosferas Explosivos - nº de Empresas - 03.

4.2. Atuação Internacional:

- a) Cooperação técnica com o Paraguai na área de certificação;
- b) recomendação de alteração dos países Nórdicos, Canadá e Japão ao código do GATT.

4.3. Foram realizadas auditorias, visando o credenciamento das Entidades abaixo, nas seguintes empresas:

- a) CONTIL (solicitação de credenciamento para inspeção de

containeres - carga seca);

- b) QUALITY (solicitação de credenciamento para inspeção de veículos e equipamentos utilizados no transporte rodoviário de produtos perigosos a granel);
- c) FEI (solicitação de extensão de credenciamento para inspeção de veículos convertidos a gás - GCC).

4.4. Laboratórios de Motores e Combustíveis e Lubrificantes.

4.4.1 - Serviços de Motores - SEMOT:

- a) Amaciamento, teste de produção e regulagem de potência máxima de motores diesel marinizados - linha de produção.
Solicitante: Volvo Penta do Brasil.
Quantidade: Total dezoito motores;
- b) amaciamento e levantamento de curvas de desempenho, de motor Fiat 1.300 à álcool.
Solicitante: Secretaria Especial do Desenvolvimento Industrial - SDI;
- c) Ensaio de amaciamento de desempenho do motor CID 292-OTTO, visando a utilização do gás natural como combustível.
Solicitante: Cia Brasileira de Petróleo Ipiranga.

4.4.2. Serviço de Combustível e Lubrificantes - SECOL:

- a) Controle qualitativo e volumétrico dos combustíveis utilizados na frota do INMETRO, constando de óleo diesel gasolina e álcool etílico hidratado combustível.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE

1. ÁREA PROCESSUAL

Os processos existentes no CADE estão sobrestados, aguardando as diretrizes e providências a serem adotadas pela atual administração do órgão.

O trabalho que foi desenvolvido no mês de abril nesta área e que ainda está em andamento, consiste em consolidar pareceres, relatórios, votos e decisões referentes aos processos já julgados pelo Conselho, iniciando-se o respectivo levantamento a partir do ano 1.963. Paralelamente, as fichas de registro estão sendo revistas (representantes, representados, relatores, etc.).

No mês de abril foi feito levantamento de cento e cinquenta processos.

2. ÁREA FINANCEIRA

Foram emitidas dezenove Ordens Bancárias referentes à pagamentos diversos, tanto na sede quanto nas Inspetorias Regionais. Foram elaborados onze Notas de Empenho referentes a reforços de dotações orçamentárias.

O montante das despesas com a manutenção das atividades deste Conselho no mês de abril/90, com exceção dos gastos com pessoal, somaram a importância de Cr\$ 305.104,91 (trezentos e cinco mil, cento e quatro cruzeiros e noventa e um centavos), e as despesas com pagamento de pessoal totalizaram Cr\$ 3.064.144,81 (três milhões, sessenta e quatro mil, cento e quarenta e quatro cruzeiros e oitenta e um centavos).

DADOS ESTATÍSTICOS**COORDENAÇÃO DE MODERNIZAÇÃO E INFORMÁTICA****ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO**

Dando continuidade as suas atividades, o Serviço de Apoio Técnico realizou trabalhos datilográficos solicitados pelos órgãos da estrutura básica do Ministério da Justiça, conforme estatística abaixo:

**ESTATÍSTICA DOS SERVIÇOS DE DATILOGRAFIA EXECUTADOS
MÊS DE ABRIL/90**

ÓRGÃO	SSD	DAT	ALT	IMP	IMP MD	ARQ	REV	S.EXERC.	TOQUES
SAG	13	13	-	13	-	-	-	13	411.648
CNDM	05	04	01	05	-	-	-	05	13.118
CRH	06	02	04	06	-	-	-	06	69.230
CDB	03	01	02	03	-	-	-	03	47.450
CJ	05	02	03	05	-	-	-	05	223.273
COF	15	10	05	15	-	-	-	15	88.997
CMI	14	09	02	14	-	-	-	14	235.856
COPLAN	16	13	03	16	-	-	-	16	87.239
SNDCJ	08	04	04	08	-	-	-	08	114.960
SNDE	05	02	03	06	-	-	-	05	136.835
SEFAL	04	01	02	04	-	-	-	04	111.552
CONTRAN	02	02	-	02	-	-	-	02	19.204
TOTAL	91	56	31	92	-	-	-	91	1.559.362

COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

QUANTIDADE

1. Atividades desempenhadas pelo Gabinete da Coordenação:

. Portarias elaboradas	59
. Decretos elaborados	11
. Avisos	39
. Retificações	5
. Ofícios expedidos	24
. Processos despachados	31

Levantamento da Lotação Real e da Força de Trabalho Real, da Unidades Administrativas e Órgãos que compõe a Estrutura do MJ, conforme abaixo relacionado, o que dispõe o Inciso II artigo 246 do Decreto nº 99.244, de 10.05.90, publicado na mesma data.

- a) Gabinete do Ministro
- b) Consultoria Jurídica
- c) Secretaria de Administração Geral
- d) Secretaria de Controle Interno
- e) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- f) Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- g) Secretaria Federal de Assuntos Legislativos
- h) Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça
- i) Secretaria Nacional de Direito Econômico
- J) Secretaria de Polícia Federal
- k) Arquivo Nacional
- l) Imprensa Nacional
- m) Empresa Brasileira de Rádio Difusão S.A. (RADIOBRÁS)
- n) Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

o) Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)

p) Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)

2. Atividades desempenhadas pelo Serviço de Aposentadoria e Pensões:

. Pensões	41
. Apostilas	23
. Cancelamento Salário-Família	8
. Levantamento de Funções para fins de Quintos	2
. Título de Pensão Militar	7
. Informações e encaminhamentos	156
. Correspondências expedidas	43

3. Atividades desempenhadas pela Divisão de Classificação de Cargos:

. Processos expedidos	12
. Expedientes diversos expedidos	3
. Informações em processo	18

4. Atividades desempenhadas pelo Serviço de Assistência Médica:

. Receitas atendidas na Farmácia	480
. Homologação de Licença Médica	129
. Processos expedidos	41
. Memorandos expedidos	13

5. Atividades desempenhadas pelo Serviço de Apoio Administrativo:

. Expedientes diversos expedidos	30
. Processos protocolizados a distribuir	233
. Processos expedidos	8

. Processos expedidos às Divisões	302
. Processos recebidos das Divisões	308

6. Atividades desempenhadas pela área de pagamento:

6.1. Folha de Pagamento - Quantitativo de Pessoal	
. Pessoal Estatutário	339
. Pessoal CLT	995
. Pessoal de Tabela Especial	167
. Funcionários Aposentados	1.346
. Inclusões de Salário-Família	12
. Averbações	3
. Revisão de Proventos	18
6.2. Dados Digitados no terminal CPD/DPF:	
. Inclusões	1.774
. Exclusões	775
. Alterações	805
6.3. Pagamento - Processos:	
. Auxílio Funeral	5
6.4. Documentos expedidos:	
. Ordens Bancárias	203
. Notas de Lançamento	174
. Guias de Recolhimento	8
. Empenho	73
. Provisões	1
6.5. Reconhecimento de Dívida:	
. Sem verba (processos)	177
. Pagamentos efetuados	1
6.6. Cálculos Contábeis:	
. Rescisão de Contrato	61
. Exercícios Anteriores	24
. Programa Creche	1
6.7. Emissão de Documentos:	
. Declarações	29
. Ofícios	36

. Relação de Salário/Contribuinte	1
. Autorização Movimentação de FGTS	6
. DUTTI - CPD/DPF	3
. Memorandos	14
6.8. Movimentação de Documentos:	
. Entrada	340
. Saída	188
7. Atividades desempenhadas pela Divisão de Legislação de Pessoal:	
. Processos recebidos	33
. Processos expedidos	30
. Processos existentes em 10.05.90	10
. Expedientes diversos expedidos	51
8. Atividades desempenhadas pela Divisão de Cadastro e Lotação:	
8.1. Expedientes da Secretaria:	
. Lavratura de Posse e Declaração de Bens (Posse - 138 e Declaração de Bens - 50)	138
. Controle de entrada de processos	295
. Controle de saída de processos	121
. Frequência servidores requisitados	185
. Emissão de Ofícios informando posse de servidores requisitados ao Órgão de origem	57
8.2. Expedientes oriundos da Seção:	
. Salário-família (concessão)	2
. Salário-família (cancelamento)	2
. Salário-família (reestabelecimento)	1
. Ofícios expedidos	16
. Memorandos	17
. Declarações diversas	50
. Aberturas de Pastas de Assentamentos	45
. Licença especial (concessão)	5
. Licença especial (escala)	10

. Qüinqüênio (concessão)	9
. Cartas expedidas	11
. Inscrições no PASEP	3
. Expedição de Carteira funcional (ativos-inativos)	36
. Certidões de tempo de serviço	42
. Atualização em CTP	320
. Publicação de concessão de quintos	6
8.3. Movimentação de processos:	
. Entrada	295
. Saída	121
. Em estudo	174
8.4. Atos elaborados (Portarias) do Ministério da Justiça:	
. Dispensa do emprego	13
. Declarando vago	2
. Remoção "ex-officio"	13
8.5. Processos tramitados:	
. Informações/Anotações	73
. Rescisão de Contrato de Trabalho	40
8.6. Expedientes diversos:	
. Ofícios	2
. Memorandos	218
. Outros	400
8.7. Processos instruídos:	
. Redistribuições	10
. Requisições	22
8.8. Anotações em fichas:	
. Boletim de Serviço	113
. Diário Oficial	1.072
8.9. Publicações em Boletim de Serviço/Diário Oficial:	
. Posse e Exercício	74
. Progressões	18
8.10. Atos de Designações e Dispensas de DAI:	
. Designação	18
. Dispensa	10

8.11. Atos de Designação/Nomeação e Dispensa/Exoneração
de DAS:

. Designação	20
. Dispensa	10

8.12. Anotações decorrentes da mudança na Estrutura do M.J	215
---	-----

COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

1. SELEÇÃO E AQUISIÇÃO

1.1.	Aquisição de livros:	
	. por compra:	0
	. por doação:	36
1.2.	Aquisição de periódicos:	
	. por compra:	9
	. por doação:	33
1.3.	Registro e distribuição do material recebido às outras unidades:	78
1.4.	Agradecimento de publicações recebidas por doação:	24

2. REFERÊNCIA (atendimento ao usuário)

2.1.	Inscrição de novos usuários:	36
2.2.	Empréstimo aos leitores:	473
2.3.	Empréstimo entre bibliotecas:	48
	. solicitados:	13
	. atendidos:	35
2.4.	Pesquisas bibliográficas em terminal:	15
2.5.	Consultas realizadas/atendidas:	401
2.6.	Solicitação de legislação:	1.216
2.7.	Cobrança de livros atrasados:	69
2.8.	Solicitação de fotocópias:	cerca de 6.000
2.9.	Plantão noturno:	3
2.10.	Recolocação de material consultado nas estantes:	1.029

3. PROCESSOS TÉCNICOS

3.1.	Documentos catalogados, classificados e indexados, no período:	318
3.2.	Pesquisa de livros do acervo em terminal:	408

3.3.	Preparo de etiquetas e cartões de empréstimo:	1.403
3.4.	Datilografia de bolsos:	817
3.5.	Solicitação de fichas e etiquetas via terminal: ...	368
3.6.	Arquivamento de fichas topográficas:	575
3.7.	Recolocação do material preparado nas estantes: ...	817

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

. Atendimento às UG's, através de telefone e pessoalmente	80 consultas
. Extração de relatórios - Demonstrações contábeis	126 relatórios
. Recebimento de MSG's (mensagens) do DTN, DTN-DF e ESTADOS e das unidades Gestoras	77 mensagens
. Emissão/encaminhamento de Relatórios das ocorrências verificadas nos demonstrativos contábeis	14 relatórios
. Conferência de saldos dos relatórios de almoxarifado e movimentação de bens móveis, com saldos dos demonstrativos contábeis das UG's do DF e ESTADOS	87 relatórios
. Solicitação para a INCLUSÃO/EXCLUSÃO/REATIVAÇÃO/ALTERAÇÃO de senha no SIAFI.....	18 solicitações
. Solicitação de abertura de contas bancárias - Tipo "A" e "C"	2 solicitações
. Mensagens expedidas para as UG's do DF, ESTADOS, DTN e DTN-DF	54 mensagens
. Consultas das diversas categorias implantadas pelo DTN - AUDICON/EXEFIN/ORÇAMENTO/TABELAS	400 consultas
. Demonstrativos de Despesas e de Balancetes para integração ao SIAFI	8 integrações
. Pareceres em processos de convênios e Acompanhamento de sua compatibilidade com a legislação vigente	25 pareceres
. Pareceres em processos de créditos adicionais ..	8 pareceres
. Elaboração dos Demonstrativos da Execução Orçamentária e Financeira da Despesa, por Unidade Orçamentária (Gestora) e por Entidade Vinculada ao Ministério, a nível de elemento de despesa	26 demonstrativos

. Elaboração de mapas de acompanhamento das dotações consignadas para as entidades vinculadas ao Ministério	4 mapas
. Elaboração de Tabelas distintas de indicadores econômicos, valores de diárias, limites de licitação e alienação de materiais	5 tabelas
. Diligências diversas oriundas do Tribunal de Contas da União	6 diligências
. Citação de servidor por determinação do Tribunal de Contas da União	1 citação
. Registros de documentos através do terminal - SIAFI - referentes a Guia de Recebimento, Nota de Créditos, Nota de Empenho e Ordem Bancária ..	18 registros
. Relatórios de Almoxarifado e Bens Móveis	2 relatórios
. Boletim de controle de frequência de Pessoal ...	1 boletim
. Requisições de passagens e diárias	10 requisições
. Pedidos de férias de pessoal	12 pedidos
. Formulação, numeração e encaminhamento de processos	20 formulações
. Comprovação de Suprimento de Fundos	1 comprovação

SECRETARIA FEDERAL DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

1. DEMONSTRATIVO DO VOLUME DE TRABALHO

. Atualização de "dossiers" de projetos de lei	309
. Alteração Normas Jurídicas	16
. Arquivamento fichas/indexação	104
. Consultas ao Banco de Dados NJUR - PRODASEN	36
. Conferências de Termos Autorizados	388
. Fotocópias sobre legislação	326
. Documentos Arquivados (sinópse)	861
. Fichas Numéricas/PL	553
. Fichas Assunto/PL	721
. Fichas Andamento/PL	283
. Fichas Arquivadas (sinópse)	1.557
. Fichas para catálogo numérico/alfabético sobre legis- lação	596
. Informação/processo (sinópse)	58
. Indexação atos publicados	98
. Inserção em catálogo legislação	1.988
. Notas emitidas	5
. Memorando expedidos	65
. Ofícios expedidos	24
. Pedidos informações (Referência Legislativa)	224
. Pesquisas através de terminal e fichário (Referência Legislativa)	436
. Pesquisa indexação	120
. Processos autuados	79
. Processos arquivados	87
. Processos em tramitação	100
. Processos recebidos referentes a projetos de lei	313
. Processos distribuídos para acompanhamento de PL, exame e parecer	168
. Pareceres exarados (02 em fase de SANÇÃO)	17
. Pareceres em tramitação	3
. Projetos de Lei indexados	553

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

1. COORDENADORIA TÉCNICA DE INSTRUÇÃO DE RECURSOS - CIREC

Compete a instrução dos Recursos Interpostos perante o INPI nos termos da legislação específica.

DECISÕES:

. Recursos Ordinários	515
. Revisões Administrativas	113
. Pedidos de Cancelamento	48
. Recursos ao Ministro	24

OUTROS DESPACHOS/PARECERES:

. Processos Judiciais	14
. Recursos Sobrestados	119
. Devolução de Prazos Concedidos	193

TOTAL 1.026

2. ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA-PROGRAMAS ESPECIAIS

PROGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DE TECNOLOGIA NACIONAL PATENTEADA - PROCOMTEC

Visa difundir no país, através de boletins mensais, as patentes obtidas por inventores nacionais, objetivando acelerar a comercialização dos inventos já protegidos.

Em 1990 não houve publicação de boletins devido às

máquinas gráficas do INPI estarem inoperantes desde o início de janeiro do corrente ano. Entretanto, foram desenvolvidas outras atividades, a seguir descritas:

. Envio de aerogramas a titulares de patentes nanais	80
. Solicitação recebidas para inclusão de patentes nos boletins	30
. Resumos de patentes elaborados para publicação nos boletins	20
. Recebimento de solicitações de inventores ainda não detentores de patentes, para futura inclusão nos boletins	10
. Renovações de convênios com Fundações de Indústrias que fazem a divulgação dos boletins	8

3. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA - CEDIM

(ESTATÍSTICA SETORIAL)

SETORES	NATUREZA DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE
PROFINT (*)	Nº de cópias enviadas	13.435
DINFOR (**)	Atendimento a usuários para orientação	137
NIOL (***)	Levantamentos tecnológicos para usuários externos via "on line"	13
DIDOCF (****)	Buscas isoladas	104
	Fornecimento de cópias:	6.048
	a usuário nacional	2.908
	a usuário estrangeiro	3.138
	Inclusão de novos documentos no acervo	71.761
	Inclusão de documentos nacionais anteriores a 1974 no arquivo de microfilmes	1.034

- (*) PROFINT - Programa de Fornecimento Automático de Informação Tecnológica: envia cópias de documentos de patentes às empresas de acordo com as áreas tecnológicas de interesse das mesmas.
- (**) DINFOR - Divisão de Informação: realiza os serviços de busca para usuários externos no acervo de patentes do órgão.
- (***) NIOL - Núcleo de Informação "On Line": realiza levantamentos "on line" para fins de pesquisa em bancos de dados no exterior.
- (****) DIDOCP - Divisão de Documentação Patentada: responsável pela atualização do acervo de patentes do INPI, bem como do atendimento a usuários nacionais e estrangeiros para fornecimento de cópias.

4. DIRETORIA DE REGISTRO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR - DIPRO

4.1. PENDENTE DO MÊS ANTERIOR	22
. Aguardando Cumprimento de Exigência	15
. Aguardando Esclarecimento do C.N.D.A.	4
. A Examinar	3
4.2. PEDIDOS DEPOSITADOS	9
4.3. PEDIDOS EXAMINADOS	20
. Deferidos	19
. Indeferidos	-
. Arquivados	-
. Exigências	1
4.4. PENDENTES A PROCESSAR	11
. Aguardando Cumprimento de Exigência	6
. Aguardando Esclarecimento do C.N.D.A.	4
. A Examinar	1

4.5. DESEMPENHO - PEDIDOS DEPOSITADOS

NATUREZA	JAN/ABR-89	JAN/ABR-90	VARIAÇÃO PERCENTUAL
PESSOA FÍSICA	01	18	1.700
PESSOA JURÍDICA	06	14	130
TOTAL	07	32	357

5. PROCURADORIA

Compete o assessoramento jurídico ao Presidente e às unidades do INPI, defesa do INPI em juízo e presidência de comissãc de sindicâncias e inquéritos.

P R O C U R A D O R I A - QUADRO I
CONTENCIOSO
AÇÕES NOVAS
ABRIL/90

ESTADOS	TIPOS DE AÇÃO				
	DECLARATÓRIA	ORDINÁRIA	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	MANDADO DE SEGURANÇA	TOTAL
RJ	-	11	02	01	14
SP	01	02	-	-	03
RS	-	01	-	-	01
TOTAL	01	14	02	01	18

	POR ESPÉCIE			
	MARCAS	PATENTES	PESSOAL	TOTAL
RJ	11	01	02	14
SP	02	01	-	03
RS	01	-	-	01
TOTAL	14	02	02	18

Solicitação de informações/providências - 08

P R O C U R A D O R I A - QUADRO II
CONTENCIOSO

APRESENTAÇÃO DE PETIÇÕES EM JUÍZO NAS AÇÕES EM ANDAMENTO
ABRIL/90

APRESENTAÇÃO EM JUÍZO NAS AÇÕES EM ANDAMENTO

. Informações em Mandado de Segurança	2
. Constatações	14
. Apelação	1
. Contra-razões/Apelado/Agravado	3
. Recurso Ordinário	1
. Embargos de Declaração	1
. Impugnação ao Valor da Causa	3
. Agravos de Instrumento	2
. Exceção de Incompetência	1
. Petições Diversas	49
 TOTAL	 77
 . Ofícios (resposta à solicitação de informações e providências do juízo)	 11

P R O C U R A D O R I A - Q U A D R O I I I
CONTENCIOSO
SENTENÇAS - ACÓRDÃOS
ABRIL/90

S E N T E N Ç A S			
FAVORÁVEIS AO INPI	CONTRÁRIAS AO INPI	EXTINÇÃO DO PROCESSO	TOTAL
06	02	06	14
42,8%	14,4%	42,8%	

A C Ó R D Ã O S			
FAVORÁVEIS AO INPI	CONTRÁRIAS AO INPI	PROVIMENTO PARCIAL	TOTAL
01	01	01	03

P R O C U R A D O R I A - Q U A D R O I V
CONTENCIOSO
NÚMERO DE AÇÕES EM ANDAMENTO
ABRIL/90

. TOTAL DE AÇÕES EM ANDAMENTO 1.853

P R O C U R A D O R I A - Q U A D R O V
CONSULTORIA
ESTATÍSTICA DA CONSULTORIA
ABRIL/90

. Elaboração de Contratos	20
. Pareceres Administrativos	60
. Inquéritos Administrativos	4
. Consultas sobre Propriedade Industrial	20
 TOTAL	 104
 CONSULTAS INFORMAIS	 150

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL

1. DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

AFERIÇÃO DE INSTRUMENTO

REDE NACIONAL DE METROLOGIA LEGAL

. Peso Contra-Peso	2.269
. Balanças	60.524
. Medidas de Comprimento	4.428
. Taxímetro	10.578
. Medidas de Volume	42.892
. Bombas Medidoras	10.776
. Veículos Transportadores	1.216
. Carrocerias	1.043
. Instrumentos Diversos	1.724
. Aparelhos para Emb. de Café	2.202
. Exame Inicial	5.573
. Total	143.233

Controle Quantitativo da Atividade de Abril

. Medição de tanques	26
. Cálculo de tanques	37
. Emissão de Certificados e Tabela de Tanques	42

Obs.: As atividades acima relacionadas gerarão a seguinte receita Cr\$ 1.563.657,93 (hum milhão, quinhentos e sessenta e três mil, seiscentos e cinquenta e sete cruzeiros e noventa e três centavos).

No que se refere a mercadorias pre-medidas, os resultados dos exames de verificação quantitativa realizados pela Rede Nacional de Metrologia Legal são os seguintes:

. Exame seletivo:	41.841
. Exame final:	3.775
. Produtos Autuados	1.068
. Unidades Examinadas	143.728
. Unidades Apreendidas	3.040

2. CENTRO DO METROLOGIA CIENTÍFICA E INDUSTRIAL

LABORATÓRIO NACIONAL DE MECÂNICA

AFERIÇÃO E CALIBRAÇÃO

- . 01 anel dinamométrico "PUC"
- . 02 anéis dinamométricos "ALCOA"
- . 02 anéis dinamométricos "MICHELIN"
- . 03 células de carga "MOTORTEC"
- . 01 pipeta graduada "CONCREMAT"
- . 04 provetas graduadas "CENPES"
- . 01 proveta graduada com base plástica "CONCREMAT"
- . 01 frasco de CHAPMAN "CONCREMAT"
- . 02 frascos LE CHATELIER "CONCREMAT"
- . 03 frascos LE CHATELIER "CENPES"
- . 06 manômetros "APLANTEC"
- . 08 manômetros "PREVINE"
- . 05 manômetros "PETROBRÁS"
- . 02 manômetros "ARCOS-RIO"
- . 02 manômetros "MEPEL"
- . 01 barômetro "CST"
- . barômetro "INSTRUEB"

- . 01 esfignomanômetro "INMETRO"
- . Continuação da calibração do conjunto de bloco-padrão de 122 unidades "UFSC"
- . Calibração de 1 bloco-padrão de 100mm e determinação dos coeficientes de expansão quadrática e linear "LABMETRO"
- . 02 termômetros digitais do SERCO
- . 01 coleção de massa 17 unidades "GLAXO"
- . 01 coleção de massa unidades "CBV"
- . 01 coleção de massa 33 unidades "BANCO CENTRAL"
- . 07 massas "SOUZA CRUZ"
- . 50 massas "PETROFLEX"
- . Início de aferição de um conjunto de 122 blocos-padrão "VARIG"
- . 01 testador de relógios comparadores milesimal "VARIG"
- . Medição de ângulos de rosca para SEREA
- . Início de medição de rolamentos "MINISTÉRIO DO EXERCÍTO"
- . Medição para o SEPPE
- . 03 calibres de rosca "NGT"
- . 04 calibres de rosca "BSP"
- . 01 tampão "MAT-INCÊNDIO"
- . 01 anel "APOLO"

LABORATÓRIO NACIONAL DE CALOR

AFERIÇÃO E CALIBRAÇÃO

- . 01 termômetro de líquido em vidro na faixa de - 10 a 200°C; nº de pontos aferidos: 05 - MEPEL
- . 40 termômetros de líquidos em vidro na faixa de - 80 A + 300°C; nº de pontos aferidos: 122 - PETROBRÁS
- . 07 termômetros de líquidos em vidro na faixa de - 38 A + 300°C; nº de pontos aferidos: 25 - ENGEPROTEC
- . 01 unidade térmica na faixa de 100 a 600°C; nº de pontos aferi-

dos : 06 - INSTRUEBE

- . 04 termômetros na faixa de 0 A 200°C; nº de pontos aferidos: 20
- CENPES
- . 27 termômetros de líquido em vidro referentes ao 6º lote da Petrobrás na faixa de 80A + 300°C